

## PROPÓSITO

## COMPROMISSOS DAS ORGANIZAÇÕES

## PROPOSTAS

- TERRITÓRIO
- IGUALDADE
- DEMOCRACIA
- ECOLOGIA

## PROPOSTAS DE JOVENS



## PROPÓSITO

Esta Declaração representa a diversidade de um coletivo de 12 organizações e foi construída a partir da inspiração e da intervenção da sociedade civil organizada. É um MANiFesto que:

- Põe em comum experiências de Desenvolvimento Local a partir de um foco, o território, dois valores, a igualdade e a democracia, e dois meios, a abordagem socio ecológica e a educação.
- Cria pontes entre movimentos sociais e as respetivas agendas, em colaboração e cooperação.
- Resulta de um espaço de aprendizagem, partilha e aprofundamento, que procura responder aos desafios sociais e da sustentabilidade com o propósito de promover a justiça social, a dignidade, a participação e a regeneração dos ecossistemas que suportam a vida.
- Afirma a necessidade de submeter as decisões políticas a critérios associados à procura do bem comum, à proteção do ambiente e ao combate às alterações climáticas, considerando as gerações presentes e futuras.
- Exige o reconhecimento da sociedade civil organizada e a valorização das entidades da economia social e solidária, enquanto parceiras ativas na construção, monitorização e avaliação de políticas públicas.
- Identifica a necessidade de as políticas públicas, e de as medidas que as concretizam, assumirem um carácter de continuidade a médio e longo prazo.
- Defende a cultura, a educação de base comunitária e a cidadania como fatores emancipatórios de comunidades e pessoas.
- Identifica ações que contribuam para a transformação de um sistema gerador de desigualdades sociais e de pobreza, promovam a saúde para todas e todos, e instituem a igualdade como princípio estrutural.
- Valoriza iniciativas transformadoras, o conhecimento local e outras formas de conceber a sociedade e a economia na sua relação com o ambiente.
- Apela a processos de avaliação centrados no impacto real e efetivo das intervenções na transformação social rumo a uma sociedade de bem-estar, em detrimento de meras métricas de execução e de obtenção de resultados de curto prazo.

Entidade promotora:



Parceria organizadora territorial:



Organizações Parceiras:



Cofinanciamento:



## COMPROMISSOS DAS ORGANIZAÇÕES

Apoiadas no envolvimento ativo de cidadãs, cidadãos e comunidades locais, as organizações presentes na Assembleia da Covilhã declaram que:

- 1. Celebram a Manifesta como um espaço de "rede de redes"**, construindo agendas cruzadas que contribuem para propostas de formulação e concretização de políticas e medidas públicas, garantindo a coerência, transparência, transversalidade e participação para a paz, assim como a igualdade, a justiça social e a dignidade de todas as formas de vida.
- 2. Desenvolvem processos que apostam na educação-animação de base comunitária**, favorecendo a investigação-ação, a inovação social e as políticas de juventude, valorizando todas as formas de saber, nomeadamente iniciativas e projetos promotores da cidadania, da igualdade, da economia, do associativismo e do ambiente, fomentando um debate político alargado que promova a Economia do Bem-Estar.
- 3. Promovem o desenvolvimento local de base territorial** e defendem os interesses das comunidades locais, representadas pelas Organizações e Iniciativas das associações locais.
- 4. Reivindicam políticas públicas de reconhecimento do associativismo de base local** como campo formativo das comunidades, que considerem o direito ao financiamento das suas atividades e sejam tidas como parceiras dos organismos públicos centrais, regionais e locais, nomeadamente nas relações com a educação e a formação.
- 5. Assumem a educação com base em competências pessoais e sociais adquiridas ao longo da vida**, entendendo-a como uma forma de emancipação das pessoas e como promotora de uma verdadeira democracia participativa.

## PROPOSTAS

Com o intuito de dar corpo aos objetivos desta Declaração, apresentamos as seguintes propostas de ação organizadas segundo quatro temas: **território, igualdade, democracia e ecologia**.

### Porque nos focamos no **território**?

Os territórios são o foco da nossa ação porque só eles permitem uma **visão integrada das relações entre ecologia, comunidades e economia e, por essa via, intervenções participadas de natureza sistémica, transformadora e sustentável**.

### Propostas de Ação:

- Reforçar as **políticas de desenvolvimento local** nos territórios rurais e urbanos, apostando no aprofundamento do envolvimento da sociedade civil organizada na definição e implementação de políticas públicas de animação territorial, e promovendo programas de trabalho em rede, assentes em modelos organizativos locais.
- Desenvolver e apoiar a criação de **espaços coletivos de aprendizagem e formação comunitárias**.
- Reforçar a **sustentabilidade dos territórios**, adotando medidas que promovam a localização da economia e o apoio direto aos sistemas de produção agroecológicos, potenciando o contributo da ação local para o desenvolvimento da sociedade, apostando em domínios como: a alimentação saudável/dieta mediterrânica, os circuitos curtos, a agricultura familiar e o turismo de base local.
- Reforçar a integração e a coesão territorial, promovendo uma **maior articulação urbano-rural**, nomeadamente através de medidas que facilitem e apoiem o acesso à terra, a produção agroecológica, os circuitos curtos agroalimentares, os mercados de proximidade e a venda direta, recorrendo a conselhos alimentares de escala local e regional, democráticos e participados.
- Estimular a disseminação e a replicação de **iniciativas, experiências e projetos de valorização territorial**, com enquadramento estratégico e financeiro por parte das políticas públicas, apoiando, nomeadamente, a criação de redes de coletivos e de associações locais.
- Garantir a sustentabilidade do Estado Social, para que sejam **disponibilizados localmente serviços essenciais**, como a saúde ou a educação, enquanto garantia da promoção da coesão social e territorial.

5

## OS NOSSOS VALORES:

### Por que nos baseamos na **Igualdade**?

A igualdade é um princípio estruturante da democracia de cidadãos e cidadãs, assente na dignidade e justiça sociais e na não-discriminação em razão do sexo, território de origem e de residência, pertença étnico-cultural, língua, religião, qualificações escolares/académicas e profissionais, situação económica, condição social ou orientação sexual.

### Propostas de Ação:

- **Promover a igualdade, a diversidade e a inclusão nas organizações e na sociedade**, transversalizar propostas e adotar medidas específicas que visem a eliminação de todas as formas e manifestações de discriminação, violência e desigualdade.
- **Potenciar o acesso e estimular a entrada das mulheres em lugares de liderança e tomada de decisão**, criando oportunidades e reconhecendo, valorizando e reforçando saberes e competências.
- **Promover o envolvimento de grupos em situação de particular vulnerabilidade** (imigrantes, pessoas refugiadas, pessoas idosas, pessoas com diversidade funcional, grupos LGBT, etc.), motivando e criando mecanismos para o exercício da liderança e para a participação plena.
- **Combater a pobreza e a exclusão social**, garantindo uma redistribuição de rendimentos e de recursos que vise a eliminação das disparidades económicas e sociais entre pessoas.
- **Apoiar modelos de produção e consumo sustentáveis** que valorizem o trabalho digno e as remunerações justas, em igualdade entre mulheres e homens, capazes de facilitar a conexão entre as pessoas e os ecossistemas, ancorados em redes territoriais de concertação de partes interessadas.
- **Reconhecer a importância do cuidado na sociedade portuguesa, realizado maioritariamente por mulheres e raparigas** (alimentar, limpar, proteger, ensinar, produzir e processar alimentos, apoiar emocionalmente, ensinar as crianças, cultivar contexto de agricultura familiar, etc.), assumindo-o como responsabilidade coletiva e pública.
- **Conceber novas políticas para as famílias**, consideradas na sua diversidade, para que todas e todos tenham os mesmos direitos e oportunidades, assim como iguais condições de conciliação entre trabalho e vida familiar e pessoal e de participação cívica e política.
- **Criar condições para um maior envolvimento de todas as pessoas** nas iniciativas e decisões, escutando nomeadamente imigrantes, idosas, pessoas com diversidade funcional, etc., trazendo as suas experiências e saberes para as propostas políticas.
- **Criar contextos ricos de aprendizagens em que a heterogeneidade das e dos participantes** seja potenciadora da troca de conhecimentos e do desenvolvimento de novas capacidades e atitudes.
- Eliminar todas as **formas de sexismo, racismo, idadeísmo, capacitismo e xenofobia**, bem como outras manifestações de preconceito e de relações de poder desiguais, as quais se constituem como entraves ao desenvolvimento de territórios coesos e socialmente justos.

## Por que nos baseamos na **democracia**?

A democracia é um pilar essencial da organização de qualquer sociedade em que todas e todos contam por igual e em que o bem comum, o interesse coletivo e a sustentabilidade são salvaguardados, independentemente da diversidade de interesses particulares e preferências pessoais.

### Propostas de Ação:

- **Reforçar a democracia participativa** através da criação de fóruns de escuta e da experimentação de mecanismos que incrementem a participação dos diferentes grupos sociais (democracia direta, assembleias de cidadãos/ãs, audições públicas, etc.).
- Criar mecanismos de participação política que permitam a **cada pessoa interagir no quadro da democracia**, a partir do local onde vive.
- Criar formas de **avaliação comunitária das políticas públicas** e espaços propositivos, através da ampliação de processos de participação comunitária nas políticas locais ligadas a diferentes áreas, como, por exemplo, a educação formal.
- Promover as propostas apresentadas pelos partidos políticos na Assembleia da República e pelo Governo que **tenham em consideração as posições tomadas pelas diferentes pessoas e grupos sociais** nas audições públicas, garantindo que a opinião de cidadãs e cidadãos é valorizada e efetivada.
- Implementar **mecanismos de representação democrática** que contrariem a abstenção eleitoral, a redução do “peso político” dos territórios, nomeadamente de bairros prioritários, regiões de baixa densidade entre outros, provocando a revolta, abandono e falta de representação.
- Reforçar a **educação comunitária** para a não violência, a sustentabilidade e a justiça social, através de ações práticas e de resposta a problemas concretos, concebendo novos **modelos de aprendizagem participativos e comunitários** em contexto de educação formal.
- Criar uma **cultura de participação cívica e política e de espírito crítico**, reforçando os processos de cidadania na educação e desenvolvimento entendendo-os como motores de transformação social e base para a participação cívica e o associativismo.
- Reinventar os **mecanismos legais de participação cidadã**, em particular as consultas e audições públicas, construídos a partir de melhores práticas de divulgação, tempos mais adequados, descodificação dos conteúdos e criação de momentos de interação ao longo dos processos de participação (ex. assembleias de cidadãos e cidadãs).
- Reconhecer as **organizações da sociedade civil como parceiras** de eleição na definição, construção e mediação da relação entre entidades e comunidades, bem como na implementação de soluções promotoras do desenvolvimento local.
- Reforçar o **papel da educação**, criando espaços de experimentação e de **aprendizagem prática da cidadania** e fomentando a participação das crianças e das e dos jovens na identificação e resolução dos seus problemas, no âmbito de formas próprias de auto-organização, com efetivo poder de decisão.

## Como é que a **Ecologia** é um caminho para a transformação social?

A abordagem socioecológica vê o futuro de todos os sistemas de vida, humanos e não humanos, como intrinsecamente interdependentes e a educação constitui um meio privilegiado de transmissão e construção de conhecimentos, valores e competências essenciais para assegurar a transformação social rumo à sustentabilidade.

### Propostas de Ação:

- Promover a **transição para uma sociedade com um menor consumo de recursos** (redução da produção e do consumo), onde as decisões são tomadas com o objetivo de fomentar o bem comum e a distribuição justa de rendimentos e de recursos que vise a eliminação das disparidades económicas e sociais entre pessoas.
- Desenvolver uma **Economia do Bem-estar, onde a economia está ao serviço das pessoas e de todas as formas de vida** como primeira abordagem e não na compensação dos efeitos colaterais do atual modelo económico do crescimento contínuo.
- Incentivar e apoiar politicamente uma **agenda transformadora em termos de Princípios, Valores e de Políticas** para ultrapassar a crise socioecológica, criando grupos de trabalho organizados localmente que reúnam autarquias, organizações da sociedade civil, instituições académicas e científicas, entre outras, e que, de forma colaborativa e em conjunto com as comunidades, definam, implementem e avaliem essa agenda.
- Criar ao nível autárquico **Cartas de Compromisso para a Mudança Socioecológica**, visando potenciar transformações, envolvendo diferentes tipos de organizações (formais ou informais) e garantindo a participação de todos e todas.
- **Mudar práticas e consciências através da educação, formação e capacitação**, promovendo o questionamento constante sobre as necessidades, as opções e as consequências (positivas e negativas) das decisões e das ações; e uma educação que discuta e estimule a adoção de práticas associadas aos conceitos de suficiência, frugalidade, partilha e cooperação, ferramentas fundamentais para a construção de uma sociedade promotora do bem-estar para todas e todos, em pleno respeito pelos limites planetários.
- Cultivar um **pensamento crítico** e promover a **informação transparente** sobre os impactos ecológicos e sociais das decisões políticas, com vista a informara tomada de decisão.
- Promover a **integração de critérios ambientais e sociais nas compras públicas**, enquanto ferramenta de fomento do desenvolvimento local (por exemplo, através do abastecimento das cantinas municipais).
- Reposicionar a **alimentação como um desafio societal primordial**, envolvendo todas e todos na reflexão e ação sobre os sistemas alimentares nos seus diferentes impactes e dimensões, nomeadamente no que diz respeito à preservação e restauração dos ecossistemas, na sua capacidade de fornecer alimentos saudáveis à população e na garantia da segurança e soberania alimentar.
- Criar as condições para a promoção da **regeneração dos ecossistemas**, pondo em relevo o potencial da floresta autóctone e da intervenção agroecológica neste domínio, compensando aqueles que cuidam dos ecossistemas.
- Investir nos **transportes coletivos e nas deslocações em modo suave**, dando-lhes primazia face ao transporte individual, incluindo a ferrovia no território nacional e nas ligações à Europa, promovendo ainda a redução das distâncias a percorrer através de um adequado ordenamento do território.

## O QUE FOI AFIRMADO PELOS E PELAS JOVENS NA PREPARAÇÃO DA ASSEMBLEIA DA MANIFESTA?

### DEMOCRACIA

- Dar mais voz aos/às jovens na política, dinamizando novas formas de participação, tal como em conselhos, assembleias e nas escolas;
- Apostar na educação e na formação política dos/as jovens;
- Criar plataformas de denúncia de problemas no território, nomeadamente denúncias ambientais;
- Aproximar os políticos dos/as jovens;
- Potenciar educação política nas escolas desde o primeiro ano de escolaridade, incentivando o debate e o espírito crítico dos/as jovens, nomeadamente através de orçamentos participativos, programa de literacia democrática nas escolas, etc.;
- Produzir projetos como “uma democracia para menores” que visam atribuir informação de qualidade aos e às jovens;
- Gerar Roteiro de Jovens cientistas políticos que realizam formações sobre política pelas escolas a nível nacional;
- Criar legislação à volta das *fake news*;
- Apoiar minorias no acesso ao emprego, habitação, facilitando a sua integração;
- Criar mecanismos de integração de imigrantes, por exemplo, através do ensino da língua portuguesa e de apoio direto e personalizado nos procedimentos burocráticos à sua chegada;
- Desenvolver iniciativas de participação ativa de âmbito local onde possam ser alavancadas propostas (ex: “Jovem Autarca” ou Conselhos/Assembleias de Cidadãos e Cidadãs);
- Aproximar deputados/as e eleitores/as, incentivando debate;
- Usar os meios de comunicação como ferramenta de difusão democrática;
- Utilizar “linhas de ocorrência” onde os cidadãos e cidadãs partilhamos problemas do seu território.

### TERRITÓRIO

- Criar infraestruturas para fixação de pessoas no território, nomeadamente nos territórios mais despovoados como no interior;
- Estudar transportes mais regulares, onde existe uma incidência baixa dos mesmos;
- Descentralizar o poder central para as autarquias, atribuindo maior autonomia aos órgãos de administração local no caminho para a Regionalização;
- Valorizar os produtos locais, promovendo o seu consumo;
- Estudar possíveis alternativas ao atual sistema eleitoral que desperdiça votos em círculos eleitorais mais pequenos como no interior, não chegando a ser convertidos em mandatos;
- Apostar e valorizar a educação artística.

## O QUE FOI AFIRMADO PELOS E PELAS JOVENS NA PREPARAÇÃO DA ASSEMBLEIA DA MANIFESTA?

### TERRITÓRIO

- Criar mais opções de escolas para que não haja necessidade de crianças mudarem de residência em consequência da falta das mesmas;
- Promover a cooperação entre instituições educativas e o tecido empresarial e associativo dos territórios;
- Reforçara aposta na Cultura – sobretudo na formação artística e na proteção ao emprego deste setor, desenhando melhores políticas públicas;
- Melhoraras infraestruturas e os recursos sociais em todos os territórios, de forma a promover a fixação da população;
- Criar espaços coworking e de colaboração artística;
- Promover hortas comunitárias que permitam a autossuficiência das populações;
- Desenvolver uma educação inclusiva e não discriminatória.

### ECOLOGIA

- Articular entre os transportes ferroviários e rodoviários;
- Apostar na sensibilização da redução dos resíduos (aproximar mais ecopontos das pessoas) e na reciclagem e na educação para o consumo consciente;
- Adaptar transportes públicos, apostar nos elétricos;
- Desenvolver sistemas de hortas urbanos ou hortas públicas, promovendo a agricultura de subsistência/ agricultura familiar;
- Dinamizar opções de refeições vegetarianas;
- Criar empregos para o clima, capacitando a mão de obra para lidar com as alterações climáticas;
- Valorizar as agriculturas sustentáveis ao mesmo tempo que se apoiam os mercados municipais;
- Enfatizar os sistemas de irrigação e filtragem dos solos nas cidades;
- Priorizar as espécies autóctones;
- Proibir a utilização de plásticos de uso único;
- Apostar nas energias renováveis;
- Disponibilizar recipientes de reciclagem a todas as famílias;
- Aumentar o número de espaços verdes e ciclovias nas grandes cidades;
- Promover a Economia Circular;
- Apoiar a aquisição de veículos elétricos ou híbridos, a nível público ou privado;
- Acautelar a questão da exploração do lítio no nosso país, a qual trará consequências nefastas.



## O QUE FOI AFIRMADO PELOS E PELAS JOVENS NA PREPARAÇÃO DA ASSEMBLEIA DA MANIFESTA?

### IGUALDADE

- Fomentar a empatia e atuação dos professores e professoras em questões de desigualdade;
- Combater ao bullying através de criação de uma plataforma para realização de queixas anónimas;
- Prever consultas de planeamento familiar para homens e preparação dos profissionais de saúde para estes lidarem com pessoas da comunidade LGBTQIAP+;
- Reconhecer o trabalho doméstico;
- Combater o estigma dos papéis de género;
- Investir nas acessibilidades para pessoas com diversidade funcional nas cidades e aldeias;
- Combater a desigualdade salarial entre mulheres e homens;
- Garantir os direitos e apoios necessários aos cuidadores informais;
- Investir na coesão territorial;
- Criar projetos nas escolas para promover a inclusão e a não-discriminação;
- Promover a participação das minorias;
- Criar mais oportunidades de habitação para os/as jovens;
- Promover medidas de promoção de natalidade, nomeadamente a diminuição da discriminação na maternidade;
- Diminuir a idade da reforma;
- Adotar políticas públicas que concretizem em pleno a igualdade entre mulheres e homens, raparigas e rapazes, combatendo todas as formas de discriminação e violência sexistas.